

# Intervenção, opressão, escuridão

Luiz Alex Silva Saraiva

2018: outro ano, e a renovação quase compulsória de esperanças que o novo ano traz. Contudo, de novo, isso tem tristemente a ver com uma repetição do passado: cassação de direitos políticos, partidarismo da justiça, manutenção explícita de privilégios de uma minoria, cerceamento de liberdade de expressão... O cenário é preocupantemente similar ao que já vivemos...

Brasília, 16 de fevereiro de 2018: anúncio de intervenção do governo federal. Para alguns conservadores, o fim da "esculhambação"; para tantas outras pessoas, mais um motivo de preocupação, dada a similaridade de fatos com 54 anos atrás. Foi dada a evidência que faltava aos ainda incrédulos no golpe sofrido pela democracia no Brasil. Ceder o comando das polícias civil e militar do Rio de Janeiro às forças armadas é, de antemão, um mau negócio para qualquer pessoa que conheça um pouco da história do país: as forças armadas não foram concebidas e nem atuam pensando na população civil. A rigor, seu treinamento é dirigido a situações de guerra – e, mesmo com os elevados níveis de violência do



Rio de Janeiro, não se trata disso: a menos que as liberdades individuais e duras penas conquistadas sejam consideradas ameaças suficientes para a deflagração de uma operação militar de grande porte.

Uma intervenção militar significa reconhecer que a sociedade civil é incompetente, inoperante e incapaz de seguir sozinha; que o poder militar tem mecanismos adequados para manter a ordem social; que o estado está fora do controle dos gestores; que o projeto que usurpou a Presidência da República da Presidenta democraticamente eleita com 54 milhões de votos Dilma Rousseff se efetivou; que o estado do Rio de Janeiro é um perigoso laboratório e vitrine para o restante do país; que os conservadores e defensores do militarismo não deliravam ao pedir a sua volta; que a possibilidade de governos militares estava dormente, mas não morta; que há medo – e há razões para ter medo.

O que constitui esta intervenção? O presidente golpista mais impopular da história do país assinou um decreto, posteriormente ratificado pelo Senado Federal cinco dias depois, no qual concede plenos poderes a um general para gerir a segurança pública do estado, unificando, sob seu controle, as polícias militar e civil, os bombeiros e o sistema penitenciário. Para além do ato administrativo, podemos ver o que isso representa: o fim da autonomia

administrativa, e o lembrete, a partir da possibilidade de centralização administrativa e castração militar, que 1964 não está não longe assim.

Mas por que o Rio de Janeiro? O estado sempre apresentou elevados índices de violência. Em termos relativos, outros estados brasileiros também se encontram em patamar semelhante. O que diferencia o estado fluminense? Cedendo ao senso comum, o Rio é a “cara do Brasil”: A cara, mas não é o Brasil. Todavia, para fins de “chamamento à ordem”, como parecer ser o caso, serve. Anos de desmandos políticos, com um prejuízo enorme para toda a população, permitiram a mais uma leva de políticos inescrupulosos o argumento perfeito de “intervir para consertar”. Não foi nenhum dos milhões de eleitores fluminenses que deixou o estado nesse estado. Contudo, agora pagam pelo prejuízo.

A militarização radical já fez muitas vítimas, e tem desmentido a tese de pacificação: tendo ocorrido, na verdade, um recrudescimento da violência – inclusive crimes políticos – principalmente contra a população negra, pobre e da periferia. A mais ilustre dessas vítimas, revelando a brutalidade e indiferença dos que se valem deste cenário tenebroso para multiplicar a escuridão, a vereadora Marielle Franco, de 38 anos, oriunda da favela da Maré, foi assassinada com vários tiros na cabeça, semanas após ter sido nomeada relatora de uma comissão voltada ao monitoramento das ações da intervenção federal no

Rio de Janeiro. Dados preliminares apontam que armamento usado nesta execução é de uso exclusivo da Polícia Federal. Para além da comoção nacional depois de semanas sem resposta, sem investigados, sem acusados, este assassinato, entre tantos outros de pessoas ligadas aos direitos humanos no Rio, dirime qualquer dúvida de que esta intervenção é “pedagógica” no que se refere ao alcance irrestrito do “desaparecimento” de qualquer pessoa que tiver “ideias erradas”, como “esse pessoal dos direitos humanos”.

O Rio de Janeiro se tornou uma metonímia do Brasil ao nos depararmos com um cenário de abandono generalizado do país, do governo, das instituições democráticas, das regras, da sociabilidade, e com a escalada de violência contra os mais fracos em uma guerra social sem fim. O higienismo, se não é explícito nas políticas públicas, ocorre concretamente pela omissão dos agentes públicos ao permitir que a maior parte dos inquéritos chegue a lugar nenhum, ao permitir que os assassinos de negros, pobre e favelados permaneçam sendo levados a cabo com o aval do Estado e com a liberdade dos criminosos.

Ao criar brechas, temporalidades de prescrição e práticas de omissão, o Estado não é menos responsável (Saraiva, 2017). Cada desmando é respingado de sangue da população da periferia, que tem clareza de que só pode contar consigo mesma, que a tal da sociedade democrática de direito nunca lhe garantiu acesso à

democracia e muito menos a direitos; que ela só aparece em estatísticas do que não dá certo, como se matematização de mazelas dissesse tudo o que precisa ser dito sobre uma história de exclusão, racismo e discriminação socioeconômica. A morte de Marielle Franco, mulher negra, pobre e favelada que obteve a 5ª maior votação na eleição para a Câmara Municipal do Rio de Janeiro, não foi apenas um assassinato brutal: para além da covardia do extermínio, foi um aviso.

Reiteramos nosso compromisso assumido no primeiro editorial desta revista, "*Um Farol nos Estudos Organizacionais Brasileiros*", no qual dizíamos que "a base aqui é o comprometimento com a sociedade e suas interfaces com as organizações. Estas se inserem no contexto social, não o subjugando, sendo-lhe, portanto, necessariamente devedoras. Este é o espírito desta revista" (Saraiva, 2014, p. 2). As organizações – TODAS ELAS – existem para servir à sociedade, JAMAIS para lhe imputar o que quer que seja. JAMAIS. Marielle, PRESENTE!

A primeira capa do ano, com a qual saudamos 2018, é de *Isabela Candeloro Campoi*, que já contribuiu conosco em 2015 (número 3 do volume 2). Desta vez ela nos brinda com *Democracia amedrontada*, um título tão forte quanto o texto e a imagem, diagramada por Vitor Drumond.

Neste primeiro número do quinto ano de Farol – Revista de Estudos Organizacionais e Sociedade, temos o PRAZER de publicar uma singela homenagem à Professora Tânia Maria Diederich Fischer, uma incansável lutadora pelos Estudos Organizacionais brasileiros. Para isso, convidamos Eduardo Davel como editor especial, incumbido da tarefa de concretizar este tributo, tendo ele mobilizado diversos colegas tocados nas suas trajetórias pessoais pela professora Tânia Fischer. Nossa especial gratidão a todos os envolvidos nessa empreitada.

A homenagem começa com uma entrevista concedida por *Tânia Fischer* a *Eduardo Davel*, intitulada “*Administração como aprendizagem: do vir ao porvir com Tânia Fischer*”. Nessa interação, fica evidente que, ao longo da sua trajetória profissional, o adjetivo visionário é emblemático, dados os inúmeros êxitos nos planos da educação, da pesquisa, e da prática social. “*Liderança e empreendedorismo acadêmico: Tânia Fischer e sua trajetória de realizações*”, de *Roberto Fachin*, é apresentado na sequência. Roberto, que foi orientador de Tânia, a partir de uma vivência pessoal com nossa homenageada, destaca sua liderança desde sempre.

Os três textos seguintes marcam, a partir dos prismas de análise de três ex-orientandos, grandes eixos de contribuição de Tânia Fischer para a área de Administração. Em “*Cidades, gestão local e desenvolvimento: contribuições de Tânia*



*Fischer para a área da Administração*, Maria Suzana Moura explora suas contribuições em torno da gestão sócio-territorial e pública. Claudiani Waiandt, em *“Ensino-aprendizagem na Administração: contribuições e desafios na trajetória de Tânia Fischer”*, por sua vez, enfatiza as contribuições e desafios na trajetória de Tânia Fischer no campo de ensino e aprendizagem na Administração. Marcelo Dantas, por sua vez, em *“Cultura, desenvolvimento e organizações: contribuições e desafios na trajetória de Tânia Fischer”*, registra a contribuição inovadora da professora Tânia Fischer para as questões de identidade, interculturalidade, organizações locais, territorialidade, a gestão social, destacando ainda seu papel na criação de instituições sólidas e dinâmicas que têm contribuído para o avanço da Administração no país.

A seção artigos conta com dois textos. No primeiro deles, “Relações de trabalho e cinema: uma análise do filme ‘Que horas ela volta?’”, de Camila Scherdien, Ana Carolina dos Santos Bortolini e Andrea Poletto Oltramari, as autoras se propõem a examinar este filme de grande circulação no país. A partir de uma análise fílmica, as autoras escolheram trechos da narrativa, associados a fotogramas, explorando os campos de Relações de Trabalho e Cinema.

O segundo artigo, de Fabiane Louise Bitencourt Pinto e Elizabeth Matos Ribeiro, “História, literatura e estudos organizacionais: novos olhares sobre as obras de

Jorge Amado”, trata das inter-relações possíveis entre as abordagens da História, da Literatura e da Administração Política, buscando produzir novas possibilidades de interpretação do pensamento administrativo brasileiro. Para isso, mergulham na obra amadiana, com ênfase na literatura do ciclo de formação sócio histórica da economia do Cacau, na região sul baiana, de maneira a compreender os valores que fundamentaram a organização social e sustentaram princípios sócios econômicos, políticos, culturais e administrativos tradicionais brasileiros, de influencia colonial e imperialista, na região.

A seção ensaios traz três textos. No primeiro deles, *O conhecimento local: produção, desafios e embates*, a convite da editoria, *Sueli Goulart* traça um panorama provocativo em torno da necessidade de problematização do conhecimento local. Para isso, discorre sobre sua produção, os desafios envolvidos, e os embates necessários no caminho do conhecimento local.

No segundo ensaio, *“As histórias e o cotidiano das organizações: uma possibilidade de dar ouvidos àqueles que o discurso hegemônico cala”*, de *Josiane Barbosa Gouvêa*, *Rocio del Pilar López Cabana* e *Elisa Yoshie Ichikawa*, discorrem sobre a necessidade de compreender a relevância do diálogo entre história e administração, particularmente para possibilitar que possibilite que novas vozes, antes excluídas, sejam ouvidas no âmbito da gestão. Par isso, os estudos organizacionais



precisam transcender as grandes narrativas e as histórias das grandes corporações, enfocando a gestão ordinária.

Lucas Poubel, Jeferson Margon e Ana Carolina Júlio, em "Contribuições do fazer etnográfico para a pesquisa criticamente reflexiva", a pesquisa criticamente reflexiva, um processo no qual os sujeitos, além de observarem suas próprias práticas, repensam a ideia de que existe apenas uma maneira racional de fazer. O diálogo reflexivo pode ser impulsionado por meio da polifonia, do processo de aproximação e afastamento que dá voz aos vários sujeitos de pesquisa, um caminho que pode empregar a etnografia como possibilidade.

A seção de resenhas conta com a contribuição "*O discurso das organizações saiu do armário?! Uma reflexão a partir do filme 'O Closet'*", de Gustavo Tomaz de Almeida, Daniela Viegas da Costa Nascimento e Reginaldo da Silva Souza. Xs autorxs constroem teoricamente uma organização como um espaço de contradições, desnaturalizando o ordenamento organizacional. Para isso, exploram o filme "O Closet", expondo a racionalidade organizacional, que se fecha, sistematicamente, à multiplicidade.

A última contribuição deste número vem de Fabiana Florio Domingues e Alessandra Nascimento da Silva. No registro fotográfico "*A greve dos guarda-chuvas: Belo Horizonte*,

28 de abril de 2017”, as autoras exploram as possibilidades de práticas de resistência no contexto de uma cidade brasileira, tendo para isso explorada a greve geral de abril de 2017. A resistência das pessoas pode ser vista de várias maneiras: no barulho, nas ruas tomadas de gente, no silêncio ensurdecedor dos cartazes de protesto, nas ruas esvaziadas das pessoas que todos os dias passam por aqueles lugares e, por que não, na chuva e nos guardas-chuva que coloriram aquela tarde cinzenta.

Boa leitura!

## REFERÊNCIAS

Saraiva, L. A. S. (2017). O plantio do desamparo. *Farol – Revista de Estudos Organizacionais e Sociedade*, 4(11), 1135-1146.

Saraiva, L. A. S. (2014). Um farol nos estudos organizacionais brasileiros. *Farol – Revista de Estudos Organizacionais e Sociedade*, 1(1), 1-17.

## Como citar esta contribuição

Saraiva, L. A. S. (2018). Intervenção, opressão, escuridão. *Farol – Revista de Estudos Organizacionais e Sociedade*, 5(12), 1-10.

